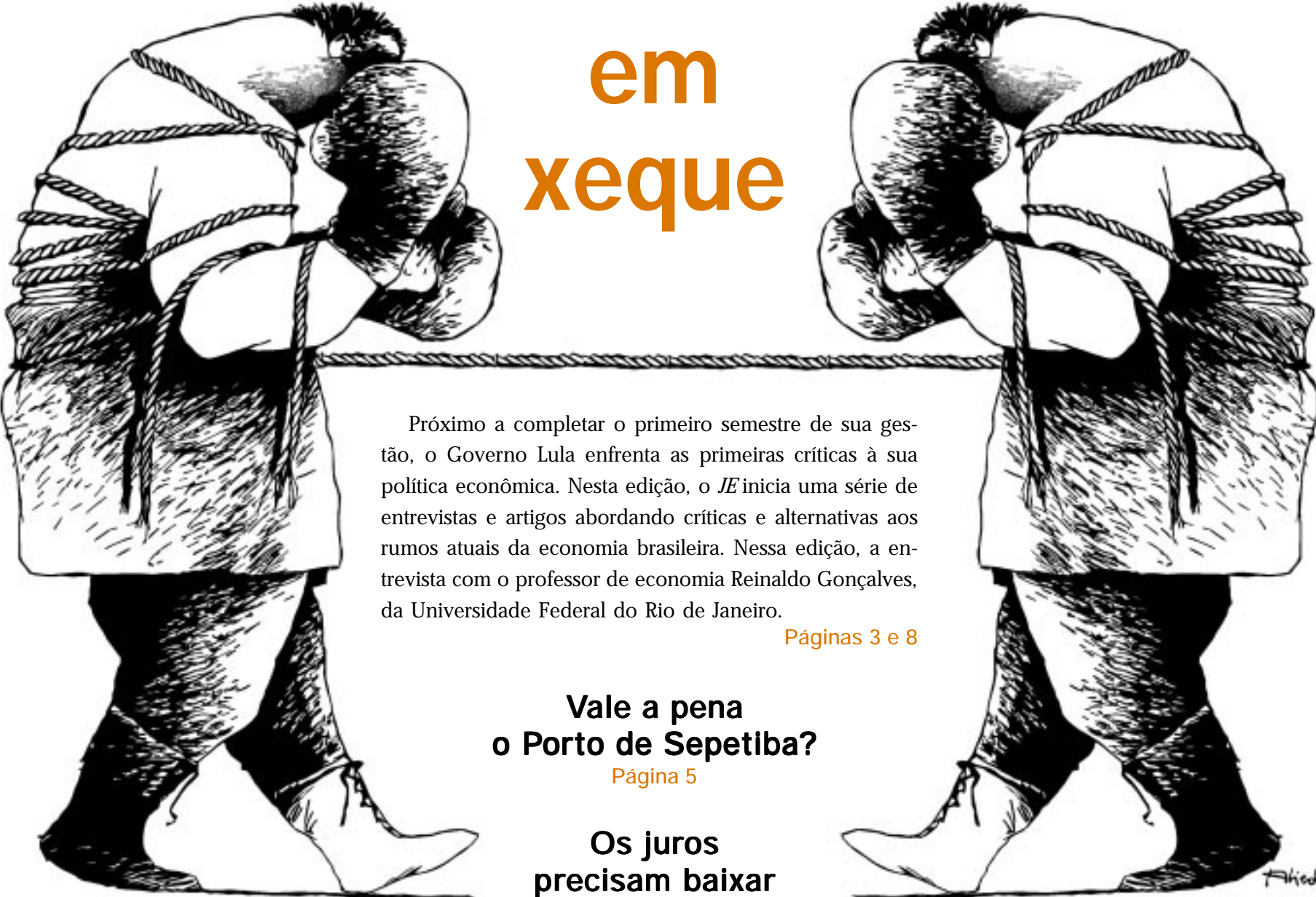


Governo **Lula**: a economia em **xequê**



Próximo a completar o primeiro semestre de sua gestão, o Governo Lula enfrenta as primeiras críticas à sua política econômica. Nesta edição, o *JE* inicia uma série de entrevistas e artigos abordando críticas e alternativas aos rumos atuais da economia brasileira. Nessa edição, a entrevista com o professor de economia Reinaldo Gonçalves, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Páginas 3 e 8

**Vale a pena
o Porto de Sepetiba?**

Página 5

**Os juros
precisam baixar**

Página 7

**Indicadores
sociais no Brasil**

Página 11

EDITORIAL

Luzes

A política econômica do governo Lula está na berlinda. A manutenção das principais características da política econômica do governo anterior tem produzido reações que vão da compreensão conformista – explicada pela *trágica herança* de FHC – à perplexidade que exige mudanças, já.

A manutenção da atual taxa básica de juros pelo Copom, em sua última reunião de maio, reascendeu, ainda mais, o debate sobre os rumos da política econômica. Da Fiesp, passando pelas centrais sindicais, até parte da bancada de deputados federais do próprio PT – o partido do Presidente Lula – há o crescente clamor por mudanças.

Clamor mais que justificado, entre outras razões, pelo conteúdo do documento *Reformas Estruturais e Política Econômica*, de responsabilidade do Ministério da Fazenda, e que aponta um violentíssimo ajuste fiscal, projetado até o ano de 2009!, transcendendo, assim, até mesmo a referência temporal do mandato do Presidente Lula. Não há dúvidas, portanto, da urgência das mudanças.

Mas como fazê-las?

O *JE*, a partir desse número, abre suas páginas centrais para entrevistas com economistas que abordem esse tema. O compromisso maior das entidades dos economistas do Rio de Janeiro sempre foi, há muitos anos, a defesa de um projeto naci-

onal de desenvolvimento para o Brasil, tendo como foco o crescimento econômico com geração de empregos e inclusão social, e, como meio, a distribuição de renda e riquezas.

A eleição de Luis Inácio Lula da Silva, em outubro último, abriu as esperanças de que, enfim, a política econômica encontraria-se com o sonho – real, possível e necessário – de transformar o Brasil através do trabalho e da justiça.

Entretanto, para muitos, esse sonho continua distante. Mais grave: há os que afirmam que sequer uma política de transição está em curso. A rigor, o que estaríamos assistindo seria o mero aprofundamento de um modelo que já deu mostras de sua incapacidade, em colocar o país numa rota de crescimento econômico sustentado e de correção das imensas deformações e desigualdades presentes em nossa sociedade.

É nesse sentido que queremos entrar para valer nesse debate. E é com essa preocupação que convidamos os leitores à reflexão sobre o atual momento político e econômico. Nessas páginas do *JE*, a entrevista com o professor Reinaldo Gonçalves, da UFRJ, abre uma série que, esperamos, confira luzes a esse debate.

É possível que dependa justamente disso – do debate franco e claro – a superação dos conformismos e perplexidades que tomam conta de muitos de nós. ■

Sumário

Página 2 Editorial – Luzes

Página 3 Lula x Lula – Ronaldo Rangel

Página 5 Porto de Sepetiba – Eriksom T. Lima e Mário Carvalho Jr.

Página 7 Os juros têm que baixar – Manifesto Cofecon

Página 8 Entrevista: Reinaldo Gonçalves, professor da UFRJ ►

Página 11 Resenha – Paulo Mibielli

Página 13 Artigo do leitor – Alessandro Carvalho

Página 15 Fórum do Orçamento – Prefeitura não paga dívida

Página 16 Seminário: hegemonia e contra-hegemonia

Economistas do Rio premiados

Petrobras perde recurso



O Corecon-RJ apoia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho e Milton Temer, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ, IERJ E SINDECOS - RJ

ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Ceci Juruá, Paulo Passarinho, Paulo Mibielli, Sidney Pascotto, Nelson Le Cocq, Gilberto Caputo Santos, Gilberto Alcântara e Julio Miragaya • **Editor:** Nilo Sérgio Gomes - E-mail: nilosgomes@bol.com.br • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Diagramação e Finalização:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal

Correio eletrônico: apoio@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar

Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900

Telefax: (21)2232-8178 ramal 22

Correio eletrônico: secrinst@corecon-rj.org.br

internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: Sidney Pascotto • **Vice-presidente:**

João Manoel Gonçalves Barbosa • **Conselheiros**

Efetivos: Ângela Maria Puppim Buzanovsky, Ceci

Juruá, Francisco Bernardo Karam, Helena Maria

Lastres, Hildete Pereira de Melo, Ronaldo Rangel,

Nelson Le Cocq • **Conselheiros Suplentes:** Arthur

Câmara Cardozo, Eduardo Carnos Scaletsky, Gilberto

Caputo Santos, Jose Antonio Lutterbach Soares, Julio

Diniz, Julio Flavio Miragaya, Luiz Mario Behnken,

Mario Luiz Freitas, Mauro Osorio, Sandra Maria

Carvalho de Souza.

SINDECOS - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609

Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000

Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192

Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador**

de Assuntos Institucionais: Sidney Pascotto •

Diretores de Assuntos Institucionais: Ronaldo

Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael

Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e

Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de**

Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves

Barbosa • **Diretores de Relações Sindicais:** Julio

Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de

Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira,

César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina

Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de**

Divulgação e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz •

Diretores de Divulgação e Finanças: Wellington

Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho**

Fiscal: Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e

Jorge de Oliveira Camargo.

CONJUNTURA Ronaldo Rangel*

A carta de Lula ao povo ou política econômica: Lula x Lula

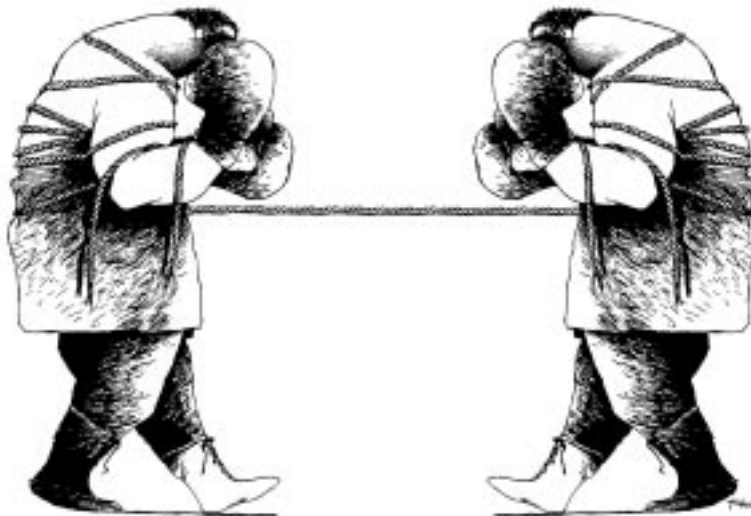
As discrepâncias entre os princípios e objetivos formulados na Carta ao Povo Brasileiro e a política econômica que o Governo Lula vem seguindo

No auge da disputa eleitoral, o candidato Luiz Inácio Lula da Silva alertava na Carta ao Povo Brasileiro que: “O sentimento que predomina é o de que o atual modelo esgotou-se. Por isso, o país não pode insistir nesse caminho, sob pena de ficar numa estagnação crônica ou até mesmo de sofrer, mais cedo ou mais tarde, um colapso econômico, social e moral”.

A despeito da assertiva eleitoral, ainda nas primeiras semanas de seu governo o presidente empossado autorizou sua equipe a conduzir a política econômica de “forma conservadora”. Diante da forte restrição macroeconômica herdada seria extremamente arriscado mudar o modelo no curto prazo. A prudência inicial, que em algum sentido recebeu apoio de quase todos os setores, se justificava também pela necessidade premente de atrair recursos externos para cobrir nosso déficit cambial, sob pena de agravamento da já fortíssima restrição externa.

Com efeito, tal opção de atuação para o ministério da Fazenda permitiu a reversão das expectativas desfavoráveis, notadamente, dos círculos financeiros, e culminaram com a acentuada queda do risco Brasil. Porém, na prática, o governo Lula apenas deu continuidade à lógica econômica da gestão anterior e aprofundou a política de metas para inflação, sustentada por um hiper-ajuste fiscal.

É desnecessário salientar que as concessões feitas por



A atual política econômica ou a “ortodoxia do bem” – como define o Presidente Lula – vem ganhando cada vez mais força, trazendo em seu bojo um conjunto de distorções que certamente vão combalir ainda mais a economia brasileira

segmentos do meio político, intelectual e econômico, bem como os apoios quase irrestritos que deram a esta estratégia tinham como única finalidade garantir a governabilidade no primeiro momento, sendo que jamais imaginaram (ou concordaram) com a manutenção do *status quo* dos últimos anos.

Novo diagnóstico

Ocorre que a atual política econômica ou a “ortodoxia do bem” – como define o Presidente Lula – vem ganhando cada vez mais força e ênfase

uma equipe econômica liderada por economistas sabidamente adversários do “diagnóstico petista” que deu base a seu programa. Suas preferências técnicas e, porque não dizer, ideológicas, embora prometam um círculo virtuoso de crescimento – via equilíbrio fiscal – são absolutamente inconsistentes com a possibilidade de implementação de uma política industrial ativa, com o restabelecimento das condições de infra-estrutura produtiva e, principalmente, com a ampliação de direitos sociais.

As teses defendidas pela equipe econômica, como, por exemplo, que “o controle inflacionário é pré-condição básica para o crescimento” (sic) tão somente justificam os cortes de gastos públicos e, portanto, o encolhimento do papel do Estado, que perde capacidade de executar políticas sociais mínimas, quer sejam de cunho estruturante, quer de caráter distributivo. Trata-se de fato da opção de governar pela linha de menor resistência, caracterizando-se num engodo aos eleitores brasileiros que leram e acreditaram na Carta ao Povo, principalmente quando dizia: “O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado”.

Não cabe discutir a impropriedade técnica da política econômica de Lula. Ela é um erro desastroso, uma armadilha para a sociedade brasileira. Caso não se promova uma inflexão em sua trajetória atual, aumentará a fragilidade

na esfera governamental, trazendo em seu bojo um conjunto de distorções que certamente vão combalir ainda mais a economia brasileira.

Todavia, os arautos de Luiz Inácio, falaciosamente, alegam que suas lideranças partidárias não abandonaram os eixos que estruturam o Programa de Governo que os alçou ao Planalto e justificam a atual política econômica pelo diagnóstico “mais claro”, que agora fazem sobre a realidade dos problemas brasileiros.

A verdade é que o “novo diagnóstico” foi constituído por

(interna e externamente) de nossa economia e, principalmente, provocará a insuficiência de emprego e, conseqüentemente, das condições de sobrevivência.

Será também uma armadilha para o próprio governo que sofrerá a penalidade política estabelecida pela remoção eleitoral promovida pela cidadania inconformada, a qual quis crer no candidato do PT quando afirmou em sua Carta que “a sociedade está convencida que o Brasil continua vulnerável e de que a verdadeira estabilidade precisa ser construída por corajosas e cuidadosas mudanças que os responsáveis pelo atual modelo não querem absolutamente fazer”.

vicioso entre metas de inflação baixa, juro alto, oscilação cambial brusca e aumento da dívida pública. (...) O caminho para superar a fragilidade das finanças públicas é aumentar e melhorar a qualidade das exportações e promover uma substituição competitiva de importações no curto prazo”.

Estas metas, absolutamente factíveis, seriam alcançadas pela ampla negociação com segmentos da sociedade em torno da redução das restrições monetária, financeira e produtiva real, associada à possibilidade de expansão de direitos. A base da agenda a ser negociada seria a definição de uma política industrial voltada para

principalmente, pelo aumento da participação efetiva do país no comércio internacional (hoje inferior a 1% das transações totais). Para este fim, seria listado um elenco de produtos e serviços de alto valor agregado como linha condutora do esforço exportador, a par da diversificação da pauta e da reversão da tendência de primarização das exportações que, em 2002, totalizaram 28,1% das vendas externas brasileiras (com crescimento de 10,5% em relação a 2001, enquanto as exportações de manufaturas cresceram, no período, apenas 0,29%).

Acessoriamente, o aumento do saldo comercial e, portanto,

parcialmente, os objetivos acima, estariam criadas as condições para a redução gradual e sustentável da taxa de juros real do país. A redução da taxa de juros, combinada com uma política de micro-crédito e com mecanismos tributários de desoneração do consumo popular, permitiria a ampliação do mercado interno de consumo de massa, que seria guindado exatamente pela expansão dos níveis de consumo das populações de menor renda. Entrando aqui o Programa Fome Zero – entendido enquanto um programa de renda mínima – como mola mestra desta estratégia.

Pelo exposto, mesmo que



Não basta apenas considerarmos que a opção de política econômica do governo é tecnicamente inconsistente. (...) Diante da magnitude dos custos sociais e mesmo do risco de uma recessão sem precedentes que tal política faz antever, é fundamental que alternativas sejam apontadas



Alternativas existem

Não basta apenas considerarmos que a opção de política econômica do governo é tecnicamente inconsistente. Tão pouco seria correto somente alertar que sua manutenção pode no médio prazo provocar uma nova crise financeira, mais vulnerabilidade externa e um significativo conjunto outro de problemas. Diante da magnitude dos custos sociais e mesmo do risco de uma recessão sem precedentes que tal política faz antever, é fundamental que alternativas sejam apontadas.

Uma alternativa extremamente criativa já esta dada no próprio Programa de Governo do PT e sintetizada na Carta de Lula: “A volta do crescimento é o único remédio para impedir que se perpetue um círculo

elevação da competitividade em termos internos e para uma inserção progressiva no âmbito externo.

Para tanto, algumas condições tornavam-se, necessárias. Em primeiro lugar, seria coe-rente supor a ampliação da capacidade de financiamento estruturante. Visando isto, as agências de fomento se preparariam para deixar gradativamente de fundear a dívida pública e, portanto, abandonar o papel de caixa auxiliar do governo, recuperando seu foco como instituições geradoras de crédito seletivo.

Gestão mais construtiva

Por sua vez, seria indispensável o estabelecimento de elevados saldos comerciais, obtidos não somente pelo mero – e, por vezes, sazonal – crescimento das exportações, mas,

o ingresso líquido de divisas, retiraria pressão sobre as necessidades de financiamento doméstico e seria presumível uma melhora nas condições de administração da dívida pública consolidada e, também, a redução das transferências internacionais de reais.

Noutra direção, o Governo deveria recuperar sua capacidade reguladora sobre os chamados serviços semipúblicos, notadamente no que diz respeito à precificação indexada (saliente-se que os preços administrados vêm crescendo mais que os preços livres, gerando forças inflacionárias) e definição de uma programação coordenada de investimentos – já que se estima, por exemplo, que haverá sérios problemas de fornecimento de energia elétrica se a economia tentar rodar num ritmo mais aquecido.

Alcançados, mesmo que

sumariamente, fica claro que o governo que hoje sucumbe ao fundamentalismo de mercado é o mesmo que elaborou e possui um projeto econômico sustentável e factível, tendo, portanto, a possibilidade de substituição de sua atual política por uma alternativa bem mais construtiva de gestão econômica.

Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito graças a um ideário econômico que pressupunha a mudança do modelo. Cumprir ou não os compromissos explicitados em sua Carta ao Povo é o que fará a diferença entre ser lembrado como um operário que chegou à Presidência da República ou como o presidente que recolocou o Brasil no rumo do desenvolvimento. ■

* Professor de Política Macroeconômica e Conselheiro do Corecon-RJ

LOGÍSTICA Eriksom Teixeira Lima* e Mário Carvalho Jr.**

Sepetiba: um gasto desnecessário

“Quando o Planalto manda, o BNDES paga”, era o título do artigo de Elio Gaspari na Folha de S. Paulo de 27 de abril de 1997. Seis anos depois, ainda se pretende incinerar recursos públicos com o desnecessário porto de Sepetiba.

No último 11 de abril, o BNDES realizou o seminário *Sepetiba: Portal do Atlântico Sul*, no qual faltou o principal: debate técnico. Nele, não foi dado qualquer espaço para discussões técnicas que desmistifiquem a retórica pró-projeto. Vejamos então nove argumentos:

1) Toda crítica vem de paulistas.

Ora, o projeto é apresentado como solução para o Brasil, portanto, deveria ser discutido por todos e não só por cariocas. Afinal, encontrar soluções que aliem menores custos para idênticos benefícios é mandatório. Há investimentos possíveis no próprio porto do Rio que beneficiariam o país, e que são menores e mais eficientes do que os destinados a Sepetiba. Por que gastar mais?

2) Sepetiba é estratégico para 2020.

Há investimentos melhores, mais baratos e muito mais eficientes a serem feitos já, para que se possa triplicar (ou até quadruplicar) a capacidade de movimentação de contêineres no Sudeste/Sul, nos portos do Rio, de Santos, Paranaguá, Rio Grande e nos do Espírito Santo. Esses portos, reaparelhados, assegurariam compe-



titividade ao país pelos próximos 10 anos e, melhor, quase tudo pode ser feito com dinheiro privado. Por que gastar dinheiro público?

3) Sepetiba apresenta características únicas.

As exportações de minério não enfrentam obstáculos e são realizadas em portos capixabas, maranhenses e no carioca de Guaíba (este, privado, existe há décadas). As exportações de produtos agrícolas têm problemas, mas não encontram, em Sepetiba, qualquer solução boa e barata. Pelo contrário! A movimentação de carga geral e de contêineres no porto do Rio apresenta ociosidade acima de 50%, nas condições atuais. Caso sejam realizadas pequenas intervenções em dragagem, reforma de cais e, principalmente, aper-

feiçoamentos nas concessões, ele tem condições de triplicar sua capacidade operacional e receber qualquer navio que Sepetiba diz poder receber. Tudo isso sem usar mais do que sua área no entorno da ponte Rio-Niterói, com investimentos 70% a 80% inferiores, sendo metade deles, pelo menos, feitos pelos concessionários. Por que inventar e gastar dinheiro público?

4) Rio e Santos estão estrangulados pelas cidades do seu entorno.

Qualquer turista brasileiro que visite Rotterdam, Antuérpia, Hamburgo, Barcelona, Miami, entre outros, perceberá que a integração cidade-porto nessas cidades é alta, havendo simbiose entre ambos. Perceberá mais: que em nenhuma delas se “reclama” da existência do porto, nem se

pede que ele seja removido do centro de suas áreas urbanas. Por que aqui, um país carente de recursos, se pensa diferente?

5) *Sepetiba está preparado para os supernavios post-panamax.*

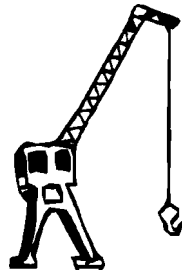
Tirando a adjetivação retórica, “super-navios”, navios *post-panamax* são todos aqueles que não cruzam o canal do Panamá. Esses navios já freqüentam os portos brasileiros há anos. É importante destacar que os projetos desses navios não têm a grandiosidade proclamada, pois eles mantêm suas escalas nos portos internacionais já citados, cujas condições são pouco superiores às dos portos do Rio e de Santos. O mais importante: no Rio e em Santos, melhorias podem ser facilmente implementadas com investimentos bastante menores do que em Sepetiba (o projeto de Sepetiba prevê mais de US\$ 1,5 bilhão, em investimentos). Por que gastar oito ou 10 vezes mais em Sepetiba para obter menos benefícios do que nos atuais portos?

6) *Sepetiba dispõe de grandes áreas para expansão.*

Trata-se de mais uma informação falsa, pois quase 90% da área atual do porto são usados para depósito de minérios e de carvão, e as áreas disponíveis junto aos cais, que são as mais importantes, estão totalmente ocupadas. Do ponto de vista operacional, a configuração proposta para Sepetiba é a pior do país.

7) *Sepetiba possui grande calado natural.*

Se isso fosse verdade, não teria sido feita uma dragagem de cerca de 20 milhões de metros cúbicos, o que daria para cobrir com 10 metros de areia toda avenida Brasil, desde o cais do porto do Rio até seu término na BR-101 (Rio-Santos). O mais perverso é saber que Sepetiba, ao contrário do que proclamam seus exegetas, está localizada na foz do Guandu e do córrego da Guarda, local que apresenta os maiores índices de assoreamento den-



O mais importante: no Rio e em Santos, melhorias podem ser facilmente implementadas com investimentos bastante menores do que em Sepetiba (o projeto de Sepetiba prevê mais de US\$ 1,5 bilhão, em investimentos). Por que gastar oito ou 10 vezes mais em Sepetiba para obter menos benefícios do que nos atuais portos?

tre todas as baías brasileiras (o calado natural ali é de três metros, de lama!). Em outras palavras, a destruição ecológica já realizada precisará continuar *ad eternum*.

8) *Sepetiba ainda demanda centenas de milhões de dólares.*

Os investimentos imediatos em transportes terrestres, apenas para tentar tornar viável Sepetiba (pasmem, ele ainda não é viável!), somam quase US\$ 500 milhões. Se realizados, sua única utilidade será transportar produtos para Sepetiba, tornando-se o que os economistas chamam de “ativo específico”. A pior parte é que esses investimentos não apresentam retorno positivo, logo terão de ser realizados com recursos públicos. Apesar de tudo, pode-se até imaginar um cenário em que, mesmo com tudo isso, Sepetiba não conseguiria concorrer com o porto do Rio, pois este possui características técnicas que lhe asseguram vantagens operacionais e de preço dificilmente alcançáveis por Sepetiba. Por que gastar em obras desnecessárias para o País?

9) *O Rio precisa de investimentos do governo federal.*

Não há o que contestar, mas eles talvez não aconteçam, pois quando há dinheiro para fazê-los, gasta-se em obras desnecessárias como esta. Se ao invés de insistir no erro, se propor o gasto de US\$ 40 milhões na modernização da infraestrutura do porto do Rio e os restantes US\$ 460 milhões em projetos de reurbanização

da cidade que melhorem as condições de vida da sua população carente, maiores serão os benefícios garantidos ao Rio e ao Brasil. Por que não otimizar benefícios à população com dinheiro público?

Conclusão

Há muitos mais argumentos técnicos contrários a Sepetiba, que favoreceriam o porto do Rio. Uma correta avaliação desse projeto ainda está por ser feita. No caso específico de Sepetiba, pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que o projeto não cumpre nenhum dos pré-requisitos para ser considerado estratégico.

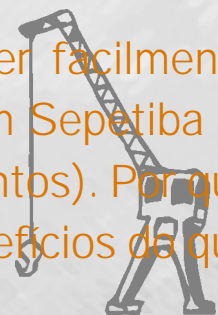
O Rio de Janeiro tem espaço e potencialidades para pleitear projetos exequíveis e que tragam real benefício para o estado. Não será com retóricas vazias como essa, com bravatas do tipo “o Rio Exige!”, que se encontrará solução para a decadência econômica do estado.

Mais ainda: o debate sobre “projetos estratégicos” deve ser sempre feito sob a luz do sol, pois esse, como diz o jornalista Elio Gaspari, é excelente detergente, e, além disso, é a melhor fonte de luz para aclarar idéias e iluminar os caminhos. ■

* Economista, empregado concursado do BNDES, publicou diversos artigos sobre transportes, navegação, logística e comércio exterior.

** Economista, professor da UERJ, com publicações diversas sobre comércio exterior.

O mais importante: no Rio e em Santos, melhorias podem ser facilmente implementadas com investimentos bastante menores do que em Sepetiba (o projeto de Sepetiba prevê mais de US\$ 1,5 bilhão, em investimentos). Por que gastar oito ou 10 vezes mais em Sepetiba para obter menos benefícios do que nos atuais portos?



SOCIEDADE

Os juros precisam baixar

Manifesto aprovado na mais recente Plenária do Conselho Federal de Economia defende a baixa, e não a alta, dos juros como terapia antiinflacionária

Se excluirmos países atravessando graves dificuldades temporárias, é lícito afirmar que o Brasil registra hoje as mais elevadas taxas de juros do mundo. E esse fato representa obstáculo fundamental à retomada do desenvolvimento.

Até pouco tempo atrás, se alegava resultar tal situação do elevado "risco Brasil", determinado pelos nossos grandes déficits fiscal e das contas externas. Essa explicação foi invalidada pela demonstração de que países com "risco" superior ao nosso registravam juros bastante mais baixos. Ou seja, nossa alta taxa de juros, e inclusive seu recente aumento, resulta não da ação das forças do mercado, mas de decisões adotadas pelo Copom.

Para justificar o último aumento da taxa de juros, se alega a necessidade de conter a inflação. Ora, os preços podem ser estabilizados tanto por instrumentos monetários (elevação da taxa de juros) como por instrumentos fiscais (diminuição do déficit público). Diante do elevado peso dos juros nas despesas públicas do país, a simples queda de suas taxas reduzirá significativamente o déficit fiscal, permitindo manter os preços sob controle. E o combate da pressão inflacionária através de menores juros, além de viabilizar a retomada dos investimentos, aliviará o peso dos dois importantes obstáculos ao desenvolvimento, representados pelos déficits fiscal e cambial (agravado pela remuneração de investidores estrangeiros que compram títulos públicos). A solução correta para o problema inflacionário é, assim, a baixa e não o aumento dos juros.

Alega o Copom que a redução dos juros terá duas consequências negativas: impedir a rolagem da dívida pública interna e reduzir a entrada do capital estrangeiro, indispensável à cobertura do déficit de nossa balança de transações correntes.

Ora, os altos juros pagos na rolagem de nossa dívida interna resultam da inaceitável pressão dos *dealers*, ou seja, dos bancos encarregados de colocar no mercado os títulos públicos. Sucede que o Governo tem condições de resistir a essa pressão, usando instrumentos à sua disposição como a elevação dos depósitos compulsórios. Este último instrumento já revelou, aliás, no passado, sua plena eficácia.

Quanto à atração do capital estrangeiro o primeiro fato a ser considerado é que, se a redução da taxa de juros for gradual, esta se manterá, por prazo razoável, em níveis suficientes para atrair a poupança externa. Se isso não for bastante, as vantagens resultantes da queda dos juros (retomada do desenvolvimento e redução dos déficits fiscal e cambial) justificam plenamente a adoção das medidas de exceção (por exemplo, controle dos fluxos internacionais de capitais) que se fizerem necessárias para manter a situação sob controle.

OCofecon vem, assim, a público para afirmar (a) que a redução da taxa de juros constitui medida fundamental, não só para o país retomar o desenvolvimento econômico como para reduzir substancialmente os desequilíbrios fiscal e cambial; (b) que a diminuição do déficit fiscal, através de menores juros nos títulos da dívida pública, será suficiente para manter os preços sob controle; (c) que não tem validade a alegação de ser impossível rolar a dívida pública e atrair a poupança externa no caso da baixa dos juros; e (d) que o Banco Central dispõe dos instrumentos necessários para desencadear, desde logo, a redução dos juros.

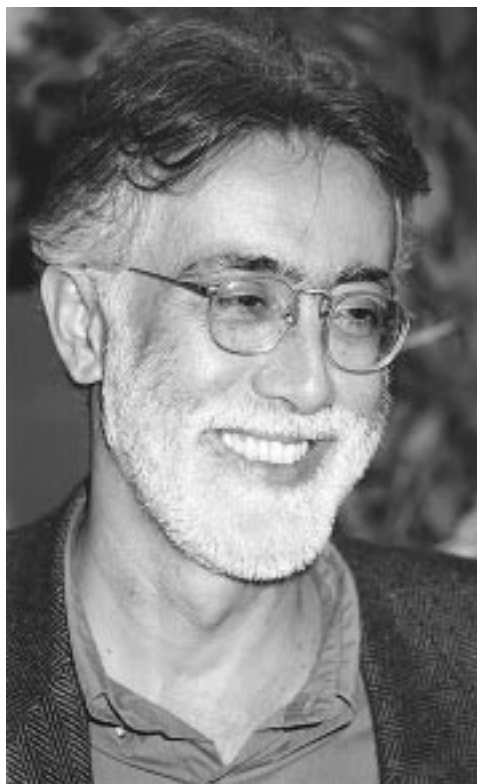
Não existe, assim, qualquer motivo para que providências nesse sentido deixem de ser imediatamente adotadas. E estas serão importantes, por constituírem o primeiro passo para novo modelo de desenvolvimento, tal como prometido pelo atual Governo. ■

ENTREVISTA Reinaldo Gonçalves, professor da UFRJ

O *JE* inicia, nesta edição, uma série de entrevistas que pretende ser a mais abrangente, no sentido de alcançar todas as correntes e fontes de propostas e políticas alternativas para que a economia brasileira retome o rumo do desenvolvimento, com distribuição de renda, inclusão social e redução das desigualdades e da dependência externa. Devido a problemas de agenda, não nos foi possível iniciar a série com o economista Marcos Lisboa, da equipe econômica do Governo Lula e responsável pela elaboração do primeiro documento de estratégia macroeconômica - Política Econômica e Reformas Estruturais, conforme era nossa intenção. No entanto, a entrevista com Reinaldo Gonçalves é tão instigante e rica em críticas contundentes aos rumos e prumos da política da equipe econômica atual que, certamente, representantes do governo encontrarão tempo para que, também em nossas páginas, possam apresentar suas idéias e visões.

Afinal, pelo exposto na entrevista que segue estamos diante de uma situação em que “a menos que haja uma séria crise de governabilidade (provocada por mais uma crise cambial) ou, então, grande mobilização e pressão popular, penso que ainda não é dessa vez que entraremos em um novo ciclo histórico, que será marcado pela ruptura com uma trajetória de desigualdade, miséria e injustiça”. Reinaldo Gonçalves não tergiversa: “Penso que Lula frustrará as expectativas do povo brasileiro e repetirá o padrão histórico identificado por José Honório Rodrigues como de ‘conciliação e reforma’”. Mas, identifica saídas: “O discurso de Lula permite que o movimento social, trabalhadores, desempregados, pobres, excluídos e todos os grupos desfavorecidos da sociedade brasileira apostem nas mudanças históricas”. A íntegra da entrevista, concedida via correio eletrônico.

“Errar pior do que FHC



Jornal dos Economistas – *Por que muitos analistas têm mostrado ceticismo em relação ao novo governo?*

Reinaldo Gonçalves – Isso não surpreende. Em uma rica síntese da história política brasileira, José Honório Rodrigues (Conciliação e Reforma, Ed. Civilização Brasileira, 1965) chegou à seguinte conclusão: “As reformas dos líderes criadores foram sempre contidas, ou porque as condições estruturais e as pressões externas os impediam de mover-se com maior desembaraço ou porque o próprio mecanismo da conciliação os obrigava a conter-se, ou ainda porque diante das dificuldades reduziam ou limitavam seus objetivos”. Os céticos tomam a História do Brasil como referência e pensam que não se deve esperar mudanças significativas durante o governo Lula. Recupera-se, assim, a análise histórica de José Honório Rodrigues, que nos dá a seguinte lição: “a política de conciliação, de transação, teve como principal objetivo aplinar mais as divergências dos grupos dominantes que conceder benefícios ao povo”. As medidas de política econômica nos primeiros meses do gover-

no indicam que estamos entrando em mais um período de conciliação e reforma que gerará mais instabilidade. Talvez não seja por outra razão as críticas feitas por decanos da Ciência Econômica, no Brasil, como Francisco de Oliveira, Paul Singer, Theotônio dos Santos e João Paulo de Almeida Magalhães. Lula está propondo um mecanismo de conciliação, que ele denominou de Pacto Social. Penso que Lula frustrará as expectativas do povo brasileiro e repetirá o padrão histórico identificado por José Honório Rodrigues como de “conciliação e reforma”. A menos que haja uma séria crise de governabilidade (provocada por mais uma crise cambial) ou, então, grande mobilização e pressão popular, penso que ainda não é dessa vez que entraremos em um novo ciclo histórico, que será marcado pela ruptura com uma trajetória de desigualdade, miséria e injustiça.

JE – *Mas, o presidente Lula não tem falado sempre em mudanças?*

RG – “Mudança” é o elemento-chave do discurso do presidente. No entanto, há margem para duas interpretações. Por um lado, o empresariado, os banqueiros e outros grupos conservadores entendem que o governo Lula pode significar mudanças marginais no Brasil. Nesse caso, não haveria mudanças substantivas na economia, sociedade, política, cultura e nas instituições, após um longo período de transição. O discurso de Lula poderia ser encaixado num modesto compromisso social-democrata ou social-liberal, que daria maior racionalidade e, eventualmente, dinamismo à economia e reduziria marginalmente os níveis dramáticos de miséria e desigualdade no Brasil. Lula assinalou claramente para um conjunto de reformas: previdência social, tributação, legislação trabalhista, estrutura sindical, reforma agrária e reforma política. Na visão conservadora, Lula prosseguiria avançando na margem. Ele retomaria as reformas iniciadas pelo governo neoliberal de FHC (previdência social, legislação trabalhista e reforma agrária) e realizaria as reformas que deixaram de ser implementadas (tributação, estrutura sindical e reforma política). Nesse último caso, a

é trágico e, também, ridículo”

expectativa, naturalmente, é que as reformas restrinjam-se a uma conciliação de divergências e envolvam, fundamentalmente, mudanças marginais, que não afetem os interesses das frações dominantes da elite brasileira. Isto é, trata-se, somente, de dar maior racionalização ao sistema (previdenciário, tributário, etc).

JE – *Mas isso frustraria a maioria da população brasileira, não?*

RG – O discurso de Lula permite que o movimento social, trabalhadores, desempregados, pobres, excluídos e todos os grupos desfavorecidos da sociedade brasileira apostem nas mudanças históricas. Nesse caso, a expectativa é que, pela primeira vez na história do Brasil, o colapso de um modelo excludente não seja seguido pela tradicional fórmula da “conciliação e reforma”, que evita atender às aspirações de mudanças efetivas. Em contraste, as mudanças históricas significam alterações nas estruturas, processos e relações econômicas, sociais, políticas e culturais, “desde o momento inicial do governo”. A expectativa das forças progressistas é que as reformas prometidas por Lula impliquem, efetivamente, em mudanças históricas. A reforma da previdência social deve transcender a lógica simplificadora do equacionamento financeiro. A reforma agrária deve ser um mecanismo de alterações profundas nas relações sociais no campo, na regularização do território e na estrutura de distribuição da riqueza no país. A reforma política deve ir muito além de problemas como fidelidade partidária e financiamento de campanha. A reforma da legislação trabalhista e da estrutura sindical deve partir do pressuposto que o trabalho não é uma mercadoria qualquer e, portanto, deve superar em muito a lógica neoliberal da flexibilização, desoneração de tributos e competitividade. A questão tributária, por seu turno, é vista como um instrumento-chave para se defi-

nir a orientação do novo governo, pois sua configuração geral define quem “paga a conta”. Nesse caso, espera-se que a reforma tributária seja tanto um instrumento de ajuste macroeconômico, como de distribuição de riqueza e renda. Isto é, as reformas teriam como eixos estruturantes, tanto a racionalização como a moralização e a distribuição de renda e riqueza. Os primeiros meses do governo foram decepcionantes para aqueles que pretendem mudanças históricas. Os dois principais projetos de reformas anunciados (previdenciária e tributária) têm claramente um foco na racionalização e negligenciam, em maior ou menor medida, os eixos da moralização e da distribuição. No que se refere à política econômica externa, a percepção é que haverá um forte elemento de continuidade. As iniciativas do governo na área monetária e financeira (reforma constitucional e autonomia do Banco Central) representam um retrocesso. Não há dúvida que a política macroeconômica de Lula está desfocada.

JE – *Qual é o foco da política econômica?*

RG – O foco da política econômica de Lula é claramente o combate à inflação. O controle da inflação é visto como premissa básica para a governabilidade. Nos primeiros meses de governo houve um aumento da taxa de juros, aparentemente como resposta a uma revisão para cima da meta inflacionária. Ao mesmo tempo, o governo manteve uma posição de “negligência benigna” com relação à apreciação cambial. Parece que voltamos a julho de 1994, quando foi lançado o Plano Real. Naturalmente, o aumento do superávit primário com base no corte de gastos é consistente com a política monetária restritiva e a apreciação cambial, ambas orientadas para o combate à inflação. O resultado imediato desse conjunto de políticas restritivas é evidente: queda do investimento e do consumo e, portanto, contração da produção e da ren-

da, bem como o aumento do desemprego. A fonte da pressão inflacionária recente no Brasil é a desvalorização cambial ao longo de 2002. Essa inflação de custos está sendo combatida com políticas restritivas orientadas para a contração da demanda agregada como se a economia brasileira tivesse uma inflação de demanda. Ainda que a redução do nível de gastos possa funcionar como um contrapeso ao aumento de custos, o controle da inflação via políticas restritivas não garante uma trajetória sustentável de queda da inflação. A próxima crise cambial detonará uma elevação do nível geral de preços.

JE – *Há risco de continuarmos no “pior dos mundos”, com a estagnação?*

RG – No curto e médio prazo a economia brasileira corre o risco de conviver com alta pressão inflacionária, alto nível de desemprego dos fatores e enorme vulnerabilidade externa. Primeiro, a política de juros altos causa aumento dos custos financeiros e, portanto, pressiona a inflação de custos. Segundo, juros altos provocam recessão e aumento do nível de ociosidade da capacidade de produção. Esse fato faz com que os agentes econômicos de maior poder aumentem os seus *mark-ups*, o que pressiona ainda mais a inflação de custos. Terceiro, a queda dos investimentos agrava os gargalos existentes no aparelho produtivo, o que resulta em novas pressões de custo. Quarto, a apreciação cambial, via o chamado “efeito ricocheteio” não leva o nível de preços para os níveis anteriores ao da depreciação cambial. Quinto, a redução dos investimentos compromete a expansão do produto potencial no médio prazo, o que poderá resultar em pressões inflacionárias no futuro próximo. Sexto, os juros altos agravam o desequilíbrio de estoque e de fluxos das finanças públicas. A armadilha da dívida persiste: juro alto aumenta a

A expectativa, naturalmente, é que as reformas restrinjam-se a uma conciliação de divergências e envolvam, fundamentalmente, mudanças marginais, que não afetem os interesses das frações dominantes da elite brasileira. Isto é, trata-se, somente, de dar maior racionalização ao sistema (previdenciário, tributário, etc)

Os dois principais projetos de reformas anunciados (previdenciária e tributária) têm claramente um foco na racionalização e negligenciam, em maior ou menor medida, os eixos da moralização e da distribuição

dívida pública; o que agrava o risco-país e pressiona o câmbio; que provoca pressão inflacionária e aumenta o juro. E, por fim, a política de juros altos, que atrai capital de curto prazo e capital especulativo, aumenta a volatilidade e o risco de depreciações abruptas da taxa de câmbio e, portanto, de novas pressões inflacionárias e de maior vulnerabilidade externa. As políticas restritivas impõem um alto custo para a economia. Essas políticas provocam vulnerabilidade externa e, principalmente, desemprego. Estabilizar primeiro e aumentar o emprego depois parece ser a orientação do governo Lula nos seus primeiros meses. Entretanto, a política monetária restritiva e a apreciação cambial não garantem uma queda sustentável da inflação. Essas políticas, certamente, reduzem a taxa de crescimento econômico e aumentam o desemprego. Vale ressaltar que um dos objetivos centrais do programa econômico do governo Lula é a geração de emprego. Afinal de contas, não é só o faminto, o desempregado também tem pressa.

JE – *Será que não precisamos ser um pouco mais pacientes com Lula?*

RG – Nos primeiros meses, o atual governo não fez qualquer mudança significativa na política econômica herdada do governo anterior. Ademais, não há qualquer sinalização de mudanças no rumo da economia. A percepção é que a política econômica está sem rumo (pois replica a do governo anterior, que era um disparate) e sem prumo (pois mantém o país numa trajetória de instabilidade e crise). É evidente que a economia brasileira precisa de uma fase de transição, tendo em vista a herança trágica do governo FHC. Isso está claramente escrito no programa de governo e, ademais, há um imperativo de gestão macroeconômica cautelosa e responsável, que todos querem e que o país precisa. Até aí, platitudes. No programa do PT está explicitado que “o governo não vai romper contratos nem revogar regras estabelecidas”. Essa é uma importante diretriz, mas que não pode ser confundida com conformismo, falta de ousadia ou de estratégia. Ninguém contesta a platitude que a reversão de estratégias e políticas (as mudanças) não ocorrerá num “passe

de mágica”. Contudo, isto não significa aprofundar o modelo trágico de FHC. Lula parece que está contando a seguinte fábula: você pegou uma pneumonia porque ficou exposto à chuva e ao vento durante muito tempo. Agora, vamos curar a pneumonia ficando mais tempo ainda ao relento. Isso não tem cabimento. É, para sermos educados, um contra-senso.

JE – *É possível uma gestão macroeconômica alternativa?*

RG – A resposta é um “SIM” maiúsculo. Entenda-se “rumo e prumo” como um conjunto de medidas de curto prazo que são consistentes com o projeto de mudança (rumo) e eficazes (prumo). A resposta dos críticos e, pior, dos cada vez mais preocupados, é que há um conjunto de medidas que deveriam e poderiam ter sido implementadas já no início do governo e que seriam consistentes e coerentes com o programa econômico do PT. Podemos mencionar algumas que, introduzidas no início e seguindo um esquema gradual, respeitaram o imperativo da transição: controles dos fluxos de capitais internacionais; redução da taxa de juros real; calibragem do depósito compulsório; expansão seletiva do crédito orientado para a produção; minimização do tema das metas inflacionárias; desdolarização da dívida pública; desdolarização das tarifas dos serviços de utilidade pública; redução do superávit primário; recomposição das reservas internacionais; medidas tributárias no sentido de eliminar prerrogativas de pagamento de impostos sobre lucros e juros (exemplo, juros sobre capital próprio); intervenção ativa no mercado cambial, objetivando a estabilidade da trajetória de desvalorização efetiva do câmbio (dólar caro); e, auditoria da dívida externa. Essas medidas já teriam efeito macroeconômico de curto prazo. Elas seriam implementadas de forma gradual num período de transição que pode durar de um a dois anos. Ademais, elas caracterizam-se pela consistência macroeconômica (têm prumo) e seguem as diretrizes do programa econômico do PT (o que indica rumo). Para ilustrar, no programa está explicitado que a âncora fiscal, “pela via dos superávits primários, exige um esforço de todos os brasileiros, afetando especialmente a viabili-

dade dos programas sociais do setor público”. As medidas acima flexibilizam a âncora fiscal (imobilizadora, nefasta), que não somente inviabiliza programas sociais, como também mantém o país numa trajetória de instabilidade e crise. O superávit primário com juros altos é, simplesmente, autofágico.

JE – *O Plano Plurianual de Investimentos (PPA) pode colocar o Brasil em uma trajetória de desenvolvimento?*

RG – O foco de retomada do desenvolvimento com distribuição de riqueza e geração de emprego é o único compatível com a diretriz básica do programa do Governo Lula, de redução da exclusão social. Esse foco também é o único que daria consistência e sustentabilidade ao Programa Fome Zero. Visto que desemprego causa exclusão social, todo esforço de redução do número de brasileiros passando fome ficará comprometido com o aumento do número de desempregados. Mas, para isso, é necessário abandonar a política de metas inflacionárias e de “hiperávit” fiscal. Esse casamento (na realidade, incestuoso, pois o juro alto é irmão gêmeo do déficit público) só trava o processo de desenvolvimento. Retomo aqui a mesma análise que fiz do último PPA do FHC. Vulnerabilidade externa e políticas monetária e fiscal restritivas inibem o investimento público, travam o investimento privado e o consumo. O “Brasil em Ação”, de 1995, e o PPA, de 1999, foram peças de retórica. Como escrevi na época, qualquer PPA se transforma em peça de propaganda (enganosa) e agitação quando há erros graves na política macroeconômica (“PPA e retomada do crescimento”, *JE*, agosto/99). Espero que daqui a quatro anos não tenha que relembrar essa minha entrevista. Se Lula continuar cometendo “erros velhos” na política macroeconômica, o seu PPA será o “Brasil em Ação reloaded”. Citando, uma vez mais, o mestre José Honório Rodrigues “a conciliação empequeneceu muitos líderes e não foi feita para benefício do povo e do país”. Essa lição fica como um alerta ao presidente Luís Inácio Lula da Silva. Lula pode errar e errar de novo, mas precisa errar melhor do que FHC, pois esse último foi medíocre. Errar pior do que FHC é trágico e, também, ridículo. ■

RESENHA Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho

Conceitos, fontes e aplicações dos indicadores sociais no Brasil

Já é lugar comum dizer-se que um determinado livro ou estudo veio “cobrir uma lacuna” ou “fazia falta”, mas não há como fugir destas colocações com relação ao mais que oportuno livro de Paulo Jannuzzi. É quase um “ovo de Colombo”. O livro se propõe a explicar o que é um indicador social, seus tipos e propriedades, suas fontes de dados e também o significado e uso dos mais importantes, numa linguagem inteligível para leigos no assunto. Simples, sem ser simplista, e muito útil.

Por que ninguém pensou (e fez) isso antes? Mas o que mais espanta não é que este livro tenha custado tanto a aparecer e, sim, por que até hoje não existe um similar para Indicadores Econômicos. Não vou nem falar de indicadores ambientais, pois aí já seria “querer demais” (embora exista algo próximo a isso, com a publicação Geocidades do Iser-Ibam-Redeh).

Outro mérito deste livro é que, de certa forma, ele é “três em um”, pois, como as áreas se interpenetram, muitos indicadores sociais são também econômicos e ambientais/de sustentabilidade. A taxa de desocupação (também conhecida como taxa de desemprego), por exemplo, é ao mesmo tempo um indicador econômico, social e de sustentabilidade. Isso só aumenta a utilidade do trabalho de Jannuzzi.

Citando o próprio autor, “atualmente, taxa de mortalida-

Uma resenha do livro Indicadores Sociais no Brasil – Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações, de Paulo Jannuzzi, professor da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence)



Um indicador surge de uma necessidade de quantificar ou operacionalizar algo com significado social substantivo para a teoria ou para a política pública. Ou seja, o ponto de partida para a construção de um indicador é uma demanda da teoria ou da política

de infantil, taxa de analfabetismo, nível de desemprego, grau de indigência e pobreza, índice de desenvolvimento humano são conceitos corriqueiramente citados nos jornais, na mídia eletrônica, nos debates políticos” (p. 11). Mas o que significam, exatamente? Por que são considerados indicadores sociais? Para que servem? Jannuzzi responde a estas questões.

Origem dos indicadores

Um indicador surge de uma necessidade de quantificar ou operacionalizar algo com significado social substantivo para a teoria ou para a política pública. Ou seja, o ponto de partida para a construção de um indicador é uma demanda da teoria ou da política. Há várias formas de quantificar ou operacionalizar este conceito.

Portanto, deve-se adotar a opção que gere um indicador com o maior número possível de propriedades desejáveis, que são: relevância social, validade, confiabilidade, cobertura, sensibilidade, especificidade, inteligibilidade de sua construção, comunicabilidade, factibilidade para obtenção, periodicidade na atualização, desagregabilidade e historicidade. Talvez, a parte mais interessante do livro seja a discussão da importância destas propriedades.

Outra questão de grande relevância apresentada no livro são os diferentes tipos/classificações de indicadores, que

podem ser: simples/compostos; descritivo/normativo; qualitativo/quantitativo; objetivo/subjetivo; insumo/fluxo/produto; esforço/resultado; performance/estoque; eficiência/eficácia/efetividade social; absoluto/relativo. Dando alguns exemplos: o IDH é um indicador composto, pois é uma média ponderada de outros indicadores; número de médicos é um indicador de insumo, o número de consultas médicas é de fluxo e a queda da mortalidade e morbidade são de produto/resultado.

Como já mencionado, há também uma exposição sobre as características das principais fontes de dados – censos (ex.: demográfico), pesquisas amostrais (ex: Pnad), registros administrativos (ex.: Rais) e dos principais indicadores nas áreas de demografia, saúde, educação, cultura, mercado de trabalho, renda e pobreza, habitacionais e de infra-estrutura urbana, qualidade de vida e meio ambiente, políticas sociais e de opinião pública, de desenvolvimento e pobreza humanos. Ao todo, mais de 60 indicadores são analisados no que têm de essencial, sem detalhamentos excessivos.

Limitações

A grande limitação do livro é ser pequeno (141 páginas). Com mais espaço, vários pontos poderiam ser tratados com mais profundidade e outros acrescentados. Na primeira categoria ficam os indicadores (especialmente) ambientais (ex.: taxa de desmatamento, nível de contaminação do solo e da água) que são muito pouco desenvolvidos, dado o exíguo espaço que lhes cabem (uma página e meia).

Faltam também exemplos de aplicações, mostrando na prática como se usam os indicadores na pesquisa acadêmica e nas políticas públicas. Também se poderia ter dado mais espaço para a discussão

conceitual do início do livro. Seria interessante, por exemplo, discutir a diferença entre evento, informação, estatística e indicador. O IDH mereceria uma análise crítica, o que o autor só fez posteriormente, em artigo (Jannuzzi, 2002).

Na parte referente a diferentes tipos/classificações de indicadores faltou mencionar o modelo pressão, estado e resposta, muito utilizado em indicadores de desenvolvimento sustentável. Mas nada disso, no entanto, tira os méritos do livro, que deve se tornar leitura obrigatória para todos os interessados no tema indicadores sociais ou indicadores em geral.

Em tempo: as epígrafes dos capítulos são ótimas. Por exem-

O IDH é um indicador composto, pois é uma média ponderada de outros indicadores; número de médicos é um indicador de insumo, o número de consultas médicas é de fluxo e a queda da mortalidade e morbidade são de produto/resultado

plo: “dados torturados confessam”, “uma cifra estatística isolada é como um poste com luz queimada: pode servir como apoio, mas sozinha não ilumina nada”. A bibliografia comentada, o glossário e os *sites* citados são muito úteis.

Indicadores Sociais no Brasil – Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações, de Paulo Jannuzzi, foi editado em 2001 e é da Alínea Editora, de Campinas (SP). O telefone para contatos é (19) 3232-9340 / 2319 e o correio eletrônico da editora é www.atomoalinea.com.br. Infelizmente não é um livro muito fácil de achar, mesmo em livrarias especializadas. ■

* Economista do IBGE e professor da ENCE e da UNESA



Algumas indicações bibliográficas sobre Indicadores Sociais

UNDP Human Development Report

Publicação anual do órgão das Nações Unidas responsável pelo IDH – United Nations Development Programme (UNDP). Rico em estatísticas sociais de diferentes países, a cada ano se centra num tema. O de 2001, por exemplo, foi “novas tecnologias e desenvolvimento humano”. Contém uma explicação didática da construção do IDH.

IBGE Síntese de Indicadores Sociais 2001 / IBGE Indicadores Sociais Municipais 2000

Principais publicações do IBGE na área de indicadores sociais. Dados sobre o Brasil, acompanhados de uma análise sucinta dos mesmos.

PNUD-IPEA-FJP-IBGE – Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros 1998

O IPEA é responsável pelo cálculo do IDH brasileiro, o que é feito para cada estado e município. O livro é bastante didático e vem acompanhado de CD-Rom, com o qual é possível produzir mapas temáticos. Infelizmente está desatualizado, pois não utiliza dados do último censo demográfico. Deve estar para sair uma nova edição.

Salama, P. e Destremau O. – Tamanho da Pobreza, Garamond, 1999.

Este livro infelizmente não teve o destaque que merecia quando foi lançado no Brasil. Enfatiza a questão da medição da pobreza e dá destaque ao IDH. Tem um posfácio sobre o Brasil, especialmente escrito para a edição brasileira.

Jannuzzi P.

considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação de políticas públicas no Brasil. Revista de Administração Pública 36, janeiro/fevereiro, 2002. Este artigo, em parte resume e em parte complementa o livro do autor. Especialmente interessante a crítica feita ao IDH

ARTIGO DO LEITOR Alessandro Carvalho

Desvendando segredos do crescimento econômico

As influências das taxas de câmbio e de juros sobre o resultado do PIB

O Produto Interno Bruto (PIB) exprime a estimativa do valor da produção realizada dentro do território econômico de um país, e tal expressão reflete diretamente o desempenho da economia em termos de crescimento ou estagnação. No Brasil, podemos considerar a taxa de câmbio e a taxa de juros como os dois principais instrumentos de política econômica liberal ao longo dos últimos anos, que nos levaram a taxas de crescimento do PIB insatisfatórias.

O PIB, de forma simplificada, é o resultado total da operação $C + G + (I \cong P) + (X - M)$; onde C é o consumo interno, G são os gastos do setor público, I são os investimentos, P é a poupança, X são as exportações e M são as importações. $(I \cong P)$ reflete a relação poupança-investimento e $(X - M)$ equívale à balança comercial.

Dois momentos

Com a implementação do Plano Real, podemos balizar dois momentos distintos para a taxa de câmbio (e): um até 1998 e outro de 1998 até os primeiros meses do atual governo. Para a taxa de juros (i), já não podemos fazer o mesmo, visto que a sua flutuação, durante o mesmo período, não pode ser interpretada como uma “baixa”. Contudo, é importante uma rápida visão de como (i) e (e) podem influenciar no PIB.

Uma moeda nacional valorizada pela paridade estabelecida em (e), com relação ao dólar norte-americano, favorece (M) e

provoca uma balança comercial negativa. Ao contrário, uma moeda desvalorizada frente ao dólar incentiva (X), cria um saldo favorável na balança comercial e uma pressão positiva no PIB. Nesse sentido, a desvalorização de (e) pode provocar um aumento no PIB.

Em contrapartida, uma taxa de juros (i) colocada acima da previsão de inflação (p) para o ano pode influenciar negativamente (C); reduz a termos insignificantes ($I \cong P$), pois é mais vantajoso “especular” financeiramente, sem que isso se reverta em aumento da produção e da renda; aumenta (G) com relação à administração de dívidas (pagamentos de juros); e, no geral, desfavorece parcialmente o crescimento econômico, já que os encargos do setor produtivo sobem.

Na razão contrária, se (i) for reduzida para patamares inferiores ao da inflação esperada, com (p) sendo controlada em até 40% a.a., segundo o Nobel de Economia 2001, Joseph Stiglitz, o PIB pode alcançar níveis de crescimento satisfatórios (*More Instruments and Broader Goals: Moving Toward The Post-Washington Consensus*, www.worldbank.org, janeiro de 2002). Sem ilusões com o Banco Mundial e fazendo reservas a Stiglitz, acho que a equipe econômica do PT ignorou esse documento.

De 1994 até hoje, a atividade econômica no Brasil é dirigida pelo setor financeiro. Essa tendência deverá se confirmar no contexto Alca, devido aos “constrangimentos externos” provocados a partir do protecionismo e da estratégia de seguran-



ça nacional norte-americanos sobre o nosso setor produtivo. As taxas de juros elevadas defendidas pelo Consenso de Washington estrangulam as empresas, em particular, as pequenas e médias. Com uma taxa de câmbio flutuante, podemos cumprir as exigências do FMI, porém, sem controlar o dólar, a inflação fica livre. E o combate à inflação através da elevação de (i) é antagônica à vontade de crescer economicamente.

Os recentes aumentos do PIB podem ser interpretados da seguinte maneira: (C) continua limitado por (i), pelo arrocho salarial e por uma política de crédito restritiva; (G) aumentou graças ao maior endividamento do setor público e também à maior despesa com segurança pública; a conta ($I \cong P$) permanece paralisada, não há poupança nem investimento, uma outra consequência de (i); (X) se elevou e (M) foi reduzida devido à (e). Consumo em massa, graças a transferências, sem poupança, gera um crescimento do PIB virtual. Assim, se crescemos, significa que há mais policiais nas ruas, mais lucros exportados e mais pagamento de juros. ■

As taxas de juros elevadas defendidas pelo Consenso de Washington estrangulam as empresas, em particular, as pequenas e médias. Com uma taxa de câmbio flutuante, podemos cumprir as exigências do FMI, porém, sem controlar o dólar, a inflação fica livre

FÓRUM POPULAR DO ORÇAMENTO

Prefeitura fez caixa não pagando a dívida

O presente artigo tem como principal objetivo apresentar uma análise inicial dos elementos estruturais mais relevantes contidos na Prestação de Contas de 2002, publicada no D.O. de 28 de abril de 2003.

A receita do município foi de R\$ 6,3 bilhões, o que representa um aumento real de 4,7% em relação ao exercício anterior (valor corrigido de acordo com o IPCA-E). Esse aumento da receita total está atrelado, entre outras fontes, à rubrica das “alienações de bens de crédito”, inexistente em 2001, no valor de R\$ 150 milhões – explicado pelo resgate de títulos de *royalties* da Petrobras adquiridos junto ao estado, e, principalmente, a um aumento de R\$ 110 milhões para R\$ 322 milhões de receitas de contribuições (que a partir de 12/2001 passou a incluir também a contribuição patronal dos servidores).

Segundo a prefeitura, o aumento da receita total do município ficou dentro das expectativas previstas para o exercício em questão. Porém, a prerrogativa legal (art.43, da Lei Federal 4320/64) de possuir outras fontes de recursos, como o superávit e excesso de arrecadação, que podem ser incorporadas, possibilitou a abertura de créditos adicionais na ordem de R\$ 1,4 bilhão e elevou a autorização da despesa do exercício de 2002 para R\$ 8 bilhões.

A expansão da despesa prevista de R\$ 5,7 bilhões (em 2001) para R\$ 8 bilhões (em 2002) não foi concretizada – houve uma “economia” orçamentária de R\$ 1,6 bilhão. A despesa empenhada de R\$ 6,4 bilhões, realizada em 2002, deixou claro o intuito de se expandir tanto a despesa: gozar da maior liberdade nos remanejamentos, que chegaram a mais de R\$ 2 bilhões ao longo do ano. Além, é claro, de sustentar o superávit financeiro da prefeitura, construído nos exercícios anteriores.

Dívida aumenta

Nota-se que a manutenção de tal “superávit” ocorreu, em grande parte, devido ao não

pagamento de amortizações da dívida. Ao todo, foram pagos apenas R\$ 164 milhões de quase R\$ 1 bilhão autorizado na LOA 2002. O curioso é o fato de o orçamento inicial autorizar despesas no valor de R\$ 6,3 bilhões (incluindo as despesas com a dívida), depois acrescentar R\$ 1,4 bilhão, mas somente gastar R\$ 6,4 bilhões, sem que isso implicasse o pagamento da dívida. Isto é, foi gasta a quantia relativamente planejada, porém, com outras despesas que não a da dívida – o que será matéria de análise futura, aqui nesta página.

Com isso, a dívida fundada que, em 2001, foi de R\$ 4,9 bilhão, em 2002 ficou em torno de R\$ 6,8 bilhões. Os restos a pagar do exercício de 2002 foram de R\$ 883 milhões, o que significa que 13,9% da receita ainda se encontravam em posse da prefeitura após o fim do exercício. Assumindo que essa “sobra” de recursos pode ser aplicada, geram-se ganhos financeiros por mais tempo, o que aumenta o volume em aplicações financeiras. Essa prática, 3,1 % maior que no ano anterior, confirma a posição de “administrador de carteira” do prefeito (ver *JE* abril/03) e ajuda a entender porque as receitas provenientes de aplicações financeiras são acima do previsto (149% acima da LOA).

O resultado primário teve um déficit de R\$ 340 milhões contra R\$ 706,4 milhões previstos de superávit, enquanto o nominal ficou em torno de R\$ 1,6 bilhão, bem distante dos R\$ 500 milhões previstos na LOA 2002. Em ambos, a “justificativa” apresentada recaiu sobre a inflação em 2002, que ficou muito acima da divulgada no anexo de metas fiscais na LDO/2002, e a um aumento não previsto na taxa de câmbio (qual o grau de interferência da taxa de câmbio na dívida pública líquida?) No entanto, o que mais cha-

ma atenção neste ponto é o uso de um índice de preços, o IGP-M (25%), maior do que o que estava sendo utilizado até então, o IPCA-E (12%). Por que a mudança?

Mais obras, menos saúde

Dando continuidade à comparação entre o estabelecido por lei e o executado, nota-se que, embora o prefeito tenha cumprido os limites constitucionais e legais (Lei Responsabilidade Fiscal) das principais despesas do governo – ensino, saúde e pessoal, as prioridades da prefeitura foram questionáveis. O aumento dos gastos com o ensino em 13% representou uma parcela pequena em relação ao aumento dos gastos como um todo, de 27%, em relação a 2001. Os gastos com pessoal tiveram queda de 1,71% e a saúde teve uma redução em valores relativos de 14,18%, como também em valores absolutos: de R\$ 969 milhões para R\$ 933 milhões, menos R\$ 36 milhões, portanto.

A Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos foi a mais favorecida na gestão de César Maia, em 2002. Esta obteve um aumento de 32% acima do aumento total do Orçamento e um gasto de R\$ 398 milhões, executando 87% de sua dotação atualizada. Enquanto a Secretaria Municipal de Trabalho teve sua dotação inicial reduzida em R\$ 1,3 milhão, executando apenas 40%.

Por fim, nosso objetivo é ressaltar que o aumento das despesas, em 2002, não foi orientado para as áreas de maior importância para a população, e também questionar as prioridades estabelecidas no segundo ano da gestão de César Maia, visto que essas implicaram o não pagamento da dívida. Nas próximas edições, daremos continuidade a essa análise. ■

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Equipe técnica: Luiz Mario Behnken, coordenador - Estagiários: Mariana Filgueiras e Ricardo Monteiro

CORECON: Av. Rio Branco, 109 - 19º andar - Rio de Janeiro/RJ - CEP 20054-900 - Tel.: (21) 2232-8178 - Fax.: (21) 2509-8121

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br

As reuniões do Fórum são abertas: todas as quintas-feiras, às 18h, na sede do CORECON-RJ



Rio terá seminário internacional em agosto

A Cátedra e Rede Unesco/Universidade das Nações Unidas em Economia Global e Desenvolvimento Sustentável (Reggen), em aliança com a UERJ, UFRJ, UFF e a Universidade Católica do Rio de Janeiro, promoverão, em agosto próximo, o seminário internacional *Hegemonia e contra-hegemonia: os impasses da globalização e os processos de regionalização*.

O seminário, que será realizado de 18 a 22 de agosto, no Hotel Glória, trará ao Rio de Janeiro especialistas de várias partes do mundo, com o objetivo de fazer um balanço dos problemas atuais da economia mundial, no ambiente intelectual e político brasileiro e latino-americano, onde ocorrem grandes mudanças políticas e ideológicas.

Entre os brasileiros estarão presentes nomes como Carlos Lessa, presidente do BNDES, Theotonio Santos e Daniel Aarão

Reis, da UFF, Emir Sader e Francisco de Oliveira, da USP, Francisco Carlos Teixeira, Carlos Medeiros e Luiz Carlos Prado, da UFRJ e Luciano Coutinho, da Unicamp. Dos estrangeiros, já confirmados os nomes de André Gunder Frank e Immanuel Wallerstein, dos EUA, Orlando Caputo, do Chile, Slobodan Pajovic, da Jugoslávia, Pierre Salama, da França, Sunanda Sen, da Índia, e Xie Shou-guang, da China.

A Reggen, promotora do seminário, foi fundada em 1997, com o objetivo de estabelecer conexões entre centros de pesquisa e docência de todos os continentes, visando estudos sistemáticos sobre a globalização e seu impacto nas realidades regionais e nacionais. Ela é dirigida pelo professor Theotonio dos Santos, da UFF, e sua secretaria executiva está instalada no Instituto de Lógica e Teoria da Ciência. ■

Economistas do Rio premiados

Os economistas do Rio de Janeiro obtiveram expressivo desempenho no X Prêmio Brasil de Economia, promovido pelo Conselho Federal de Economia (Cofecon). Na categoria artigo, o primeiro lugar coube a Luiz Fernando Rodrigues de Paula, do Rio, com o trabalho "Determinantes e impactos da recente entrada de bancos europeus no Brasil". O segundo, também premiou um economista do Rio, Solange Srour, que concorreu com o texto "Crises cambiais: um modelo relaxando a hipótese da PPP aplicado à desvalorização do Real". Ambos os trabalhos estarão sendo publicados pelo *JE* nas próximas edições.

Um outro representante do Rio de Janeiro também obteve boa colocação no X Prêmio Brasil de Economia. Alexandre Siciliano Espósito ficou na terceira colocação na categoria monografia de graduação, com o trabalho "Privatização da Light:

a repartição dos ganhos de produtividade", que, no Prêmio Corecon-RJ de 2002, obteve o primeiro lugar. O resumo deste trabalho foi publicado no *JE* de agosto do ano passado.

Os demais resultados da premiação do Cofecon deste ano foram: na categoria dissertação de mestrado, o primeiro lugar coube à Daniela Almeida Raposo, de Minas Gerais, com o texto "Mercado de trabalho e comércio internacional: uma análise para Minas Gerais e São Paulo"; na de monografia de graduação, a primeira colocação ficou com Fabio Althaus, do Rio Grande do Sul, que concorreu com o trabalho "Sistema de metas de inflação: um novo arranjo de política monetária"; e o segundo lugar com Márcio Eduardo Garcia Bezerra, do Ceará, com o texto "Análise das intervenções públicas, visando a redução da pobreza: estudo de caso na zona urbana e na zona rural". ■

PETROBRAS/CORECON-RJ

Pedido é improcedente

O Conselho Federal de Economia, em sessão plenária realizada em abril, julgou improcedente o pedido da Petrobras, de reconsideração da multa impetrada pelo Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro, por a empresa recusar-se a apresentar a relação discriminada de seus funcionários que exercem atividades profissionais privativas de economistas.

A ação fiscalizadora do exercício da profissão de economista visa, em última instância, a defesa da sociedade; e é uma atribuição dos Conselhos Regionais instituída por lei. O Corecon-RJ tem cumprido este papel, tanto assim que acaba de encaminhar à Secretaria de Administração e Reestruturação do Estado do Rio de Janeiro a mesma solicitação, para que apresente a relação discriminada dos servidores do estado que estejam exercendo atividades profissionais de economistas. ■